



## Momento atual mostra a força da democracia, afirma Renan

Marcos Oliveira/Agência Senado



Renan critica em Plenário o excesso de medidas provisórias enviadas ao Congresso pelo Poder Executivo, entre Luiz Fernando Bandeira e Jorge Viana

Presidente do Senado destaca a atuação das instituições públicas na Lava-Jato e reafirma desconhecer lista do Ministério Público

**E**speculações sobre a lista apresentada ao Supremo Tribunal Federal com nomes que podem ser investigados não são tão importantes quanto o trabalho que vem sendo desenvolvido pelas instituições públicas, disse ontem Renan Calheiros. Segundo ele, o momento é de esplendor da democracia. **5**

**Debatedores apoiam devolução de MPs 5**

### Mãe terá mesmo direito que pai para registrar filho

Charles Souza



Mãe recebe certidão de nascimento dos filhos: serviço é oferecido por hospital

O Senado aprovou ontem um projeto que dá tanto à mãe quanto ao pai o direito na hora de registrar o filho recém-nascido. O projeto segue agora para sanção presidencial.

Hoje o pai é quem tem a obrigação de, em 15 dias, registrar a criança. A mãe passa a ter o direito somente se houver omissão ou impedimento do genitor.

Emenda em Plenário manteve, como na lei em vigor, as regras para comprovação de paternidade. **8**

### Discussões sobre reforma política avançam em Plenário

O Senado fez nova sessão para debater proposta que obriga candidatos à reeleição no Executivo

a renunciarem aos cargos. Luiz Henrique, Jorge Viana e Renan Calheiros apoiaram a ideia. **3**

### Caminhoneiros serão ouvidos em debate na segunda-feira 7

### Partidos indicarão membros às CPIs do HSBC e das Próteses 4

Diploma Mulher-Cidadã  
Bertha Lutz

14ª Premiação

**2015**

Bertha Lutz (1894–1976) foi uma das pioneiras do feminismo no Brasil e é conhecida como uma grande líder na luta pelo direito ao voto para as mulheres brasileiras.

O Diploma Bertha Lutz, criado em 2001 pelo Senado Federal, tem por objetivo homenagear as mulheres por meio do reconhecimento do protagonismo das premiadas na luta pela transformação social e igualdade de gênero.

*A transformação social se faz com coragem e determinação*



Sessão Solene do  
Congresso Nacional  
Dia Internacional da Mulher

Data: 11/03/2015  
Hora: 11h  
Local: Plenário do Senado Federal



Secom | Publicidade e Marketing



# Crime hediondo pode ter prioridade nos julgamentos

Projeto em análise na Comissão de Constituição e Justiça muda o Código de Processo Penal para agilizar tramitação. Proposta foi apresentada por mãe de menino sequestrado e morto no mesmo dia, em 1997

**ESTÁ PRONTO PARA** ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto que garante prioridade de tramitação, em todas as instâncias, a processos que apurem a prática de crime hediondo. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 20/2014 já foi aprovado pelos deputados. Se confirmado pela CCJ do Senado, onde tem parecer favorável do relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), será

votado em Plenário. No caso de aprovação sem mudanças no Senado, segue para sanção. De acordo com Valadares, não adianta agravar as penas dos crimes hediondos se o processo não anda e, assim, não tem fim. A prioridade para esses casos é assegurada por meio de alteração no artigo 394 do Código de Processo Penal.

A proposta foi apresentada pela deputada Keiko Ota (PSB-SP), mãe do menino Ives, se-

questrado e morto no mesmo dia, em 1997, após reconhecer um dos sequestradores. Para ela, a demora no julgamento de crimes de natureza gravíssima geram uma sensação de impunidade e de descrença em relação ao Judiciário.

— Se o tempo acaba por amenizar a angústia e a revolta da sociedade, não menos é certo que a aplicação imediata da lei faz com que ela se sinta protegida — disse a deputada.



Presidente da assembleia, Dantas pediu apoio de Renan para firmar acordo

## Assembleia alagoana busca parceria com Senado para modernizar processos

O presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas, deputado Luiz Dantas, definiu como prioridade da gestão a parceria com o Interlegis, para modernizar e dar transparência às ações da Casa. Ele pediu o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros.

— Queremos a marca da seriedade e da competência do Interlegis. Esse é o objetivo da nossa visita — disse o deputado Isnaldo Bulhões.

O convênio com o Interlegis vai possibilitar um pedido de mais prazo à Justiça enquanto servidores são treinados para

colocar no ar um novo site, segundo modelo disponibilizado gratuitamente. O portal já traz na configuração o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, que informatiza todo o processo interno de uma Casa legislativa.

De acordo com o vice-presidente da assembleia, Ronaldo Medeiros, as prioridades da atual gestão são o resgate da credibilidade da Casa e a parceria com o Interlegis, que vai ajudar nesse processo na medida em que vai possibilitar a modernização da instituição.

## Comunicação deve priorizar Plenário e comissões, afirma Renan Calheiros

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou ao Plenário ontem que foi feita uma alteração na Secretaria de Comunicação do Senado (Secom) para que a TV Senado, a Rádio Senado e os demais meios de comunicação expressem sobretudo o funcionamento da Casa, do Plenário e das comissões.

— Mandei fazer uma grande nova. Eu sei que é muito importante ter programas de artes, entrevistas, relações exteriores, mas o fundamental é que tenhamos a transmissão ao vivo dos trabalhos do Senado, seja no Plenário ou em que comissão for. Vamos mostrar ao país o dia a dia e a efetividade do funcionamento do Senado.



Alteração na grade da TV Senado prevê mais transmissões ao vivo



Antonio Carlos Valadares, relator do projeto em comissão do Senado, diz que não adianta agravar penas se o processo não anda

## Lira defende projeto de revitalização do Porto de Cabedelo

O senador Raimundo Lira (PMDB-PB) defendeu a execução de projeto de revitalização do Porto de Cabedelo (PB), o mais oriental do país. O terminal é de 1908 e precisa de reforma, disse o senador, relatando que o ministro da Pesca, Helder Barbalho, determinou que uma equipe técnica visite o local para avaliar a possibilidade de obras de modernização.

— O ministro ficou entusiasmado e conversamos a respeito de fazer um trabalho em conjunto com o Ministério do Turismo, porque é importante que o porto seja modernizado para receber grandes navios cargueiros e grandes transatlânticos, que são fundamentais para o turismo da Paraíba e do Nordeste.

Lira também defendeu a construção, nas proximidades de Cabedelo, de um porto pesqueiro internacional onde seriam instalados estaleiros para a manutenção da frota internacional que navega pelo Atlântico. Aos estaleiros caberia ainda, segundo a sugestão do senador, construir e reformar navios pesqueiros.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Paim alerta para desemprego no Polo Naval de Rio Grande

Paulo Paim (PT-RS) registrou em Plenário o manifesto que recebeu da Associação dos Desempregados do Polo Naval de Rio Grande. O texto pede que sejam mantidos os contratos de construção das plataformas P-75 e P-77 para a Petrobras. Eles esperam resgatar os milhares de empregos perdidos após a divulgação dos escândalos descobertos com a Operação Lava-Jato.

Paim lembrou que o município de Rio Grande (RS), com a entrada em funcionamento do polo, era um centro de prosperidade. Segundo ele, havia trabalho para todos e a cidade atraía pessoas de outros cantos do país. Hoje, de acordo com o senador, a situação é desoladora. Cerca de 80 mil pessoas perderam o emprego e a cidade passa pela pior crise econômica e social de sua história. O senador afirmou que, se nada for feito, a sobrevivência do município e até da região corre risco.

— As empresas envolvidas nos escândalos estão usando esse motivo para não efetuar pagamentos aos fornecedores, aos trabalhadores e às empresas terceirizadas que representam 80% da mão de obra do Polo Naval — disse Paim.

## Experiência do Nordeste com pouca água deve ajudar país, diz Pimentel

O senador José Pimentel (PT-CE) disse ontem, em pronunciamento no Plenário, que a convivência com a seca e a escassez de água obrigou o nordestino a ter uma avançada política de gestão de recursos hídricos que permite o melhor aproveitamento da água disponível. O senador acredita que essa experiência pode ser útil a outras regiões do país que também estão sofrendo com a escassez de água.

Na avaliação dele, o Brasil enfrentará cada vez mais problemas de falta de água devido ao crescimento da população urbana. O senador lembrou que mais de 90% dos mais de 200 milhões de habitantes do país vivem nas cidades.

— Somos grandes consumidores de água. Por isso, precisamos ter uma nova política de aproveitamento da água, sem esquecer que somos o segundo maior produtor de grãos, um grande produtor de carnes e precisamos ter clareza de que esse setor precisa ter segurança para que o Brasil continue investindo — alertou o parlamentar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

**AGENDA** A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

**PLENÁRIO** Pronunciamentos e comunicados  
9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos parlamentares e comunicados da Mesa.

**SESSÃO ON-LINE**  
Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>  
Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

**TV SENADO**  
A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



# Renúncia de candidatos a reeleição tem apoios

Proposta que obriga os titulares do Poder Executivo a se afastarem definitivamente dos cargos quando tentarem a renovação do mandato foi elogiada em discussão no Plenário

O PLENÁRIO FEZ ontem a segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que pode tornar obrigatória a renúncia de presidente, governadores e prefeitos candidatos à reeleição. O tema, que aguardava análise em Plenário desde março de 2014, faz parte do conjunto de projetos da reforma política examinados pelo Senado.

O emprego do termo “renúncia” foi sugestão do senador Luiz Henrique (PMDB-SC), relator da PEC 73/2011 durante o exame na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto original da proposta, do ex-senador Wilson Santiago, referia-se à obrigação de “afastamento do cargo”. Para o relator, no entanto, a redação poderia dar margem a interpretações de que esse afastamento não seria definitivo.

A previsão é de que a renúncia ao cargo ocorra seis meses antes da eleição. O autor justificou, ao apresentar a PEC, a necessidade de impedir o uso da máquina pública. Outro objetivo seria vedar o proveito que o governante-candidato possa obter com o destaque nos meios de comunicação que é inerente ao cargo e, com isso, desequilibrar a disputa.

No relatório à CCJ, Luiz Henrique afirmou que a pos-



Medida faz parte do pacote de propostas sobre a reforma política e tem a concordância de Jorge Viana e Luiz Henrique

sibilidade de reeleição sem afastamento definitivo do cargo introduz um “viés quase insuperável em favor da continuidade da administração”.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse considerar a PEC “uma matéria importantíssima” e opinou no sentido de que a desincompatibilização deveria valer para todos os ocupantes de cargos do Poder Executivo e “até para o Ministério Público”.

Renan mencionou a recondução do ex-procurador-geral da República Roberto Gurgel ao cargo, em meados de 2011, ocasião na qual, segundo o presidente do Senado, o chefe do MP mandou pagar, de uma vez só, R\$ 275 milhões em

ajudas de custo de moradia acumuladas.

— É evidente que isso ajudou na sua recondução — disse Renan.

Depois de lembrar que o atual procurador, Rodrigo Janot, também está em processo de recondução, o senador lançou a ideia de iniciar um debate para “regrar esse sistema”.

Em entrevista coletiva concedida após deixar o Plenário, Renan voltou a falar da recondução de Gurgel. Para ele, o pagamento de ajudas de custo atrasadas “é um absurdo que precisa ser investigado”.

Luiz Henrique lembrou que optou pela renúncia quando, ocupando o cargo de governador de Santa Catarina, decidiu

se candidatar à reeleição. Depois, disse que o ideal é o fim desse instituto, salientando que, enquanto a regra perdurar, será uma “excrecência” não exigir a desincompatibilização definitiva do titular candidato a novo mandato.

Jorge Viana (PT-AC), defendendo a reeleição, considerou indispensável correção para que o candidato seja afastado em definitivo do cargo. Criticou o fato de essa medida não ter sido adotada quando a emenda da reeleição foi aprovada, em 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso.

Ele destacou a incongruência de hoje se exigir a desincompatibilização seis meses antes quando o titular de posto

de comando no Executivo parte para disputar outros cargos eleitorais, inclusive para vereador.

— Se é necessário esse regramento para um cargo menor, tem que valer principalmente para cargo maior — disse Viana.

Também foi dada como discutida, durante a sessão, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 58/2013, que exige, para registro do partido no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o apoio de 3,5% do eleitorado nacional — cerca de 5 milhões de eleitores, conforme dados do TSE de 2014.

Ainda serão realizadas mais três sessões de discussão antes que as duas PECs sejam votadas em primeiro turno. Depois, em segundo turno, serão realizadas três discussões antes da votação final.

Já a PEC 40/2011, primeiro item da pauta de ontem, será analisada na sessão deliberativa de terça-feira. A proposta também integra o pacote da reforma política que o Senado está empenhado em votar rapidamente.

O texto permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias (para presidente da República, governador e prefeito) e veda esse tipo de aliança entre as legendas nas disputas de deputados federais e estaduais e vereadores.

## Para Hélio José, reforma pode prejudicar candidaturas para eleição municipal de 2016

Em pronunciamento na quarta-feira, Hélio José (PSD-DF) disse que a adoção de uma reforma política “fatia-da” poderá prejudicar os candidatos que irão participar das eleições municipais de 2016.

Na terça-feira, o Senado aprovou projeto que estabelece o tempo mínimo de cinco anos de existência para a fusão de partidos políticos. De autoria do deputado Mendonça Filho (DEM-PE), o texto tem o objetivo de evitar a criação de legendas destinadas apenas a driblar o instituto da fidelidade partidária. O texto seguirá para sanção presidencial.

Para o senador, a proposta prejudica a possível janela de mudança partidária.

— Devemos discutir melhor o tema. Precisamos dar oportunidade aos políticos que queiram competir nas próximas eleições municipais. É preciso discutir melhor seus rumos em partidos que os representem de forma tranquila, uma forma que permita janela para mudanças — afirmou.

Ele disse também que é necessário disciplinar a formação de partidos políticos. Em sua avaliação, é preciso ter uma cláusula de barreira para que não haja tantas legendas no país.



Pedro Franco/Agência Senado

## Fernando Bezerra Coelho defende a proibição das coligações partidárias

Mandatos de cinco anos e o fim da reeleição para cargos no Executivo e a proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais foram algumas das propostas defendidas ontem por Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). Para Bezerra, o Congresso precisa concluir urgentemente uma “reforma política densa”, que fortaleça os partidos, garanta uma disputa igualitária e promova a participação dos cidadãos.

— Tenho a esperança que neste ano a sempre tão propalada reforma política finalmente se concretize — disse.

Para o senador, o fim da reeleição garante a alternância de poder em todas as esferas do Executivo.

— O maior problema é a possibilidade de uso da máquina pública a favor do candidato que já ocupa o cargo, criando condições desiguais na disputa eleitoral — afirmou.

Além do fim das coligações proporcionais, Bezerra Coelho defende a adoção da cláusula de barreira — mínimo de 5% dos votos válidos para que o partido tenha assento —, a proibição de doações de empresas a campanhas e a ampliação da participação popular por meio de plebiscitos e referendos.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Raupp quer fim da reeleição, mandatos de cinco anos e fim de doações de empresas

Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu o fim da reeleição para cargos do Executivo, com a extensão dos mandatos para prefeitos, governadores e presidente da República de quatro para cinco anos. Para ele, esse é um dos pontos críticos a serem enfrentados pelo Congresso na votação de uma reforma política.

— Temos a oportunidade de dar vários passos em direção a um sistema político mais condizente com as necessidades do país — assinalou.

Raupp lembrou que a reforma política consta da agenda do Congresso há 18 anos, mas pouco avançou. Além do fim da reeleição, o senador quer ver aprovada a proibição de doações de empresas a campanhas eleitorais.

— Hoje, da forma como as coisas são feitas, acaba-se por reproduzir nas campanhas eleitorais as desigualdades existentes na sociedade — apontou.

O senador propõe que o sistema vigente seja substituído pela combinação de financiamento público com financiamento privado, restrito a pessoas físicas. Além disso, defende o limite de valores e recomenda que as doações sejam feitas exclusivamente para os partidos, e não para candidatos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Acir ressalta participação da mulher na construção de uma sociedade mais justa

Acir Gurgacz (PDT-RO) chamou a atenção para a importância da participação da mulher na construção de uma sociedade mais justa e disse que há muito espaço a ser ocupado pelas mulheres na política brasileira. Ele contrastou as conquistas da mulher no ensino superior e no empreendedorismo com a baixa participação no Poder Legislativo, lembrando que as mulheres compõem 15% do Senado e ainda menos da Câmara dos Deputados. O senador conclamou as mulheres a participarem da atividade partidária e a apresentar candidaturas nas eleições.

— Somente dessa forma as mulheres, que já exercem o protagonismo em todas as áreas, estarão também mais presentes na política brasileira, participando dos espaços representativos também em igualdade numérica — disse o parlamentar.

Gurgacz ressaltou a importância da Lei Maria da Penha como forma de coibir a violência contra a mulher e criticou a persistência da “cultura do machismo”. O senador pediu mais rigor no combate à violência doméstica e o aprimoramento dos serviços de atendimento às vítimas desses crimes.



Waldemir Barreto/Agência Senado



# Novas CPIs devem ser instaladas em alguns dias

Comissões parlamentares de inquérito vão investigar a chamada Máfia das Próteses e a existência de supostas contas irregulares de brasileiros na filial suíça do banco HSBC

DUAS NOVAS COMISSÕES parlamentares de inquérito (CPIs) já estão prontas para iniciar os trabalhos. A instalação das CPIs do HSBC e das Próteses depende apenas da indicação de membros pelos partidos, o que deve ser concluído nos próximos dias. Com todos os integrantes indicados, cada comissão poderá marcar a primeira reunião para eleger presidente, vice e relator.

A CPI do HSBC, que terá 11 membros titulares e 6 suplentes, foi requerida pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). O objetivo é investigar, durante 180 dias, a existência de contas irregulares de brasileiros na filial suíça do banco.

— Por onde temos que começar? Saber se a Receita Federal e o Coaf [Conselho de Controle de Atividades Financeiras] acompanharam essas contas ou não. Se não acompanharam, saber por que não. Temos de buscar colaboração dos ministérios públicos francês, suíço e espanhol, que já têm investigações avançadas — disse Randolfe.

O caso veio à tona após reportagens na imprensa europeia mostrarem que o HSBC mantinha milhares de contas secretas na Suíça para livrar clientes de pagamento de impostos. Entre os correntistas, estariam 8.667 brasileiros, res-



CPI das Próteses foi motivada por denúncia sobre fraude envolvendo médicos e fornecedores de produtos ortopédicos

ponsáveis por 6.606 contas que movimentaram cerca de US\$ 7 bilhões entre 2006 e 2007.

— O importante é que essa CPI avance, ande, esclareça sobre as mais de 8 mil contas de brasileiros na Suíça. Quais contas incorreram em crime de evasão fiscal e quais são de fato regulares? O *Financial Times* e o *Le Monde Diplomatique* estão chamando o caso de maior escândalo de evasão fiscal do mundo — diz Randolfe.

O senador acredita que todos os líderes partidários

indicarão os representantes das bancadas nos próximos dias. As despesas da CPI do HSBC estão previstas em R\$ 100 mil. A criação foi apoiada por 33 senadores.

No pedido de instalação do colegiado, Randolfe escreveu que a imprensa noticiou a atuação fraudulenta do HSBC para “acobertar fortunas de clientes multimilionários, blindando-os de todas as obrigações fiscais e mesmo da comprovação da origem dos recursos, que podem resultar de atividades criminosas”.

Já a CPI das Próteses será composta por 7 senadores titulares e 5 suplentes e também terá prazo de 180 dias para investigar “as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses (aparelhos externos usados para imobilizar ou auxiliar os movimentos dos membros ou da coluna) e próteses no país”. A investigação deverá cobrir desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

As despesas da CPI, que teve o apoio de 39 senadores para ser criada, estão previstas em R\$ 400 mil. De acordo com o senador Magno Malta (PR-ES), o pedido que ele apresentou para a criação do grupo foi motivado por reportagem veiculada pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo, que mostrou a existência de uma “máfia das próteses” atuando em todo o país.

“Os médicos mafiosos indicavam procedimentos desnecessários aos pacientes, muitos deles de alto risco, a fim de auferir comissões generosas — de até 30% — sobre os produtos médico-hospitalares adquiridos com preços superfaturados”, contou na justificativa.

Magno lembrou que foi relatado o uso de produtos irregulares, em quantidade inadequada, e até dano proposital às próteses para obrigar a reposição, gerando ainda mais gastos e comissões.

“No caso dos stents, pequenos tubos inseridos nas artérias coronarianas para livrá-las de obstrução, alguns médicos não apenas indicavam procedimentos desnecessários, como também usavam produtos com prazo de validade vencido, multiplicando a probabilidade de obstrução do stent”, informou Magno.

## Projeto acaba com burocracia na importação para pesquisa

Um projeto apresentado por Romário (PSB-RJ) pode ajudar a eliminar a burocracia na importação de mercadorias destinadas à pesquisa científica e tecnológica. A proposta aguarda designação de relator na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O PLS 39/2015 cria, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), um cadastro nacional de pesquisadores e entidades sem fins lucrativos que teriam acesso à liberação imediata das mercadorias.

De acordo com o autor, embora o Brasil esteja na vanguarda em diversas áreas do conhecimento, ainda há muitos entraves à pesquisa.

“A grande maioria dos insumos utilizados na pesquisa é importada. Além do limitado orçamento destinado à ciência, o valor desses produtos no Brasil acaba sendo, em média, três vezes maior quando comparado ao valor pago por pesquisadores nos Estados Unidos e na Europa”, afirma Romário.

Ele citou levantamento feito com pesquisadores brasileiros segundo o qual 76% dos cientistas do país já perderam material científico na alfândega, 99% decidem mudar os rumos das pesquisas diante das dificuldades de importação e 92% têm de esperar, no mínimo, um mês pela chegada de reagentes.

“Enquanto aqui são necessários 30 dias (em alguns casos até 3 meses) para o recebimento de um produto, em outras partes do mundo a entrega é em 24 horas”, compara.

O senador alerta também para a situação de pacientes que perdem a oportunidade de cura devido à burocracia.

“Na ânsia de uma cura, pacientes com reduzida expectativa de vida chegam a lançar mão de tratamentos fora do país, que, muitas vezes, não foram nem validados. O risco nessas situações é enorme”, observa o senador.

A proposta também deve passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para votação final.

## Fátima anuncia volta da Frente Parlamentar do Livro

Fátima Bezerra (PT-RN) comunicou em Plenário, na quarta-feira, a reativação da Frente Parlamentar Mista do Livro e da Leitura. Ela explicou que o propósito é dar continuidade à luta de um grupo de deputados e senadores em favor do fortalecimento das políticas públicas para a literatura e a biblioteca.

Fátima disse que o hábito da leitura tem diminuído no Brasil ao longo dos anos. Ela citou a terceira edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, do Instituto Pró-Livro, divulgada em 2012, pela qual havia no Brasil naquele ano 88,2 milhões de leitores — 7,4 milhões a menos que em 2007.

— É fato que o Brasil tem ainda um baixo índice de leitores. Enquanto a Unesco orienta que nós devamos ter 1 livro para cada 10 mil leitores, no Brasil essa relação está em 1 livro para cada 65 mil leitores — disse a senadora.

A pesquisa mostrou também que 78% das pessoas não leem por falta de interesse. Para 50%, a culpada é a falta de tempo. O preço do livro foi indicado por apenas 2%. A leitura tem entre os principais



Senadora também apresentou projeto para política de fixação de preço do livro

concorrentes a televisão — 85% dos entrevistados. Já 52% preferem ouvir música.

Além da leitura, a frente parlamentar trabalha em favor das bibliotecas. De acordo com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, funcionam no país 6.069 bibliotecas públicas municipais, distritais, estaduais e federais. Para a senadora, o número está muito aquém da necessidade.

### Política de preço

Fátima anunciou também a apresentação de projeto de lei (PLS 49/2015) para instituir uma política nacional de fixação do preço do livro. Ela explicou que o texto tem por objetivo fomentar o livro como

bem cultural, garantir oferta acessível ao grande público e assegurar ampla oferta de exemplares e pontos de venda.

Para isso, a regulação de preços de livros seria feita pela fixação de preço de venda final de lançamentos por um ano, ficando proibida a venda por preço menor.

— A fixação do preço de venda final, conhecida internacionalmente como Lei do Preço Fixo, na verdade, não é inovação. A França, por exemplo, foi pioneira na adoção da Lei do Preço Fixo, desde 1981, e, por isso, vem sendo exemplo para muitos países.

Reportagem especial sobre leitura: <http://bit.ly/Cidadania500>



# País vive esplendor da democracia, afirma Renan

Presidente do Senado disse que lista do Ministério Público sobre a Lava-Jato não é tão importante e que o fundamental é o trabalho das instituições públicas no caso. “País ganhará com isso”, afirmou

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que as especulações em torno da lista do Ministério Público sobre a Operação Lava-Jato não são tão importantes quanto o trabalho que as instituições públicas estão desenvolvendo em relação ao caso.

— Eu acho que a democracia está indo muito bem, é um momento de esplendor da democracia e o Brasil ganhará muito com tudo isso. Isso [a lista] é muito pouco importante na democracia. O fundamental na democracia é que o Ministério Público seja cada vez mais Ministério Público, que o Judiciário seja cada vez mais Judiciário e que o Legislativo seja cada vez mais Legislativo — afirmou.

Ele disse comemorar o atual momento e reafirmou não ter conhecimento da lista apresentada pelo MP ao Supremo

Tribunal Federal (STF).

— Nós não sabemos absolutamente de nada. E isso não significa dizer que nós não estamos preparados para responder os questionamentos. Vamos responder todos à luz do dia. Feliz de um país que tem uma democracia pulsante como o Brasil — disse Renan.

## Excesso de MPs

Sobre a devolução da Medida Provisória (MP) 669/2015, que aumentaria a partir de junho as alíquotas de contribuição das empresas à Previdência, o presidente do Senado observou que a decisão “não foi contra ninguém, mas a favor do Congresso Nacional e da democracia no Brasil”. A MP reduzia o benefício fiscal de desoneração da folha de pagamento de 56 segmentos da economia, vigente desde 2011.

Ao justificar a devolução da MP, Renan argumentou, na



Renan em entrevista ontem: todos os questionamentos serão respondidos, disse o senador, que afirma não conhecer lista

terça-feira, que a medida não pode ser considerada urgente, pois a criação ou a elevação de tributos têm prazo de 90 dias para entrar em vigor. Ele também criticou o excesso de medidas provisórias, dizendo que o Executivo, ao abusar das MPs, que deveriam ser excepcionais, deturpa o conceito de separação dos Poderes.

Comentando o assunto, Ana Amélia (PP-RS) disse que Renan dá a ela motivos para acreditar que está defendendo a instituição republicana e política do Congresso.

Telmário Mota (PDT-RR) também parabenizou Renan pelo comunicado e disse que “Legislativo forte é Legislativo independente”.

Renan elogiou discurso de José Serra (PSDB-SP), na quarta-feira, que fez uma avaliação crítica da situação econômica do país em decorrência dos governos do PT. De acordo com o presidente do Senado, o discurso de Serra foi “oportuno, verdadeiro e brilhante”.

Renan Calheiros também comemorou a aprovação em primeiro turno, pela Câmara, da chamada PEC da Bengala, que eleva a idade da aposentadoria compulsória dos ministros do STF, dos demais tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União. Ele lembrou que o Senado aprovou a proposta em 2006, quando presidia a Casa.

## Sessão temática do Senado vai discutir situação econômica

“O Brasil e a crise econômica” é o tema da próxima sessão temática no Plenário do Senado. A proposta atende pedido de Roberto Requião (PMDB-PR). A data ainda será definida.

Em fevereiro, o Senado fez uma sessão temática para debater a reforma política com o ministro do STF Gilmar Mendes; o diretor-executivo da ONG Transparência Brasil, Claudio Weber Abramo; e o professor e cientista político Murillo de Aragão.

## Ana Amélia lamenta crise política no Brasil

Ana Amélia (PP-RS) lamentou ontem a instabilidade política gerada pelo pedido de abertura de 28 inquéritos para apurar supostos envolvidos no esquema de corrupção da Petrobras. A lista, entregue pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao Supremo Tribunal Federal, conteria nomes de políticos delatados na Operação Lava-Jato.

De acordo com a senadora, os desdobramentos estão se refletindo na economia e nas instituições políticas.

— Não é um caso a mais de corrupção. Esse escândalo está paralisando a atividade econômica e obstruindo a atividade legislativa.

Ela ressaltou, no entanto, que o que Janot fez foi pedir investigação e que os investigados não podem ser considerados culpados.

— Qualquer pré-julgamento, além de violar os direitos à ampla defesa e ao contraditório, contribuiria para desmoralizar instituições que têm dado seguidos sinais de amadurecimento — avaliou.

## Para debatedores, medidas provisórias são ilegais

Na primeira audiência pública do ano, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debateu ontem as novas regras para concessão de pensão por morte e para o seguro-desemprego. Todos os convidados se manifestaram pela rejeição, por inconstitucionalidade, das medidas provisórias que tratam do assunto.

— O recado que eu levo para a tribuna do Senado e no diálogo que terei com as instâncias de governo é que, nesta reunião, que foi uma discussão técnica e, naturalmente, política, com seu viés principalmente social, por unanimidade, todos os que usaram a palavra pediram que haja a rejeição das duas MPs — disse Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH.

As MPs 664 e 665 foram enviadas ao Congresso em dezembro. Elas tornaram mais rigorosas as regras para obtenção da pensão por morte e do seguro-desemprego, respectivamente.

Segundo os palestrantes (entre eles, representantes da OAB e do Ministério Público do Trabalho), as medidas fazem uma verdadeira reforma na Previdência Social e são inconstitucionais por vícios formais e legais.

Entre os pontos que considera irregulares, a representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Ana Paula Fernandes, apontou a carência de 24 meses para o início do recebimento de pensão por morte. Segundo ela, a regra atinge não só o cônjuge, mas os filhos que, caso percam o pai

ou a mãe antes desse período, não receberão nada. Para Ana Paula, a MP fere o Estatuto da Criança e do Adolescente.

— Como um pai de família trabalha tranquilo sabendo que, se ele não estiver com dois anos de vínculo com a Previdência Social, o seu filho não tem direito a nada caso ele venha a falecer?

Outra inconstitucionalidade apontada pelos convidados é a regra para concessão do salário de benefício, no caso de auxílio-doença, por exemplo. O governo quer que o cálculo seja feito tendo por base apenas os 12 últimos salários, o que fere, segundo eles, um direito adquirido, pois o cidadão contribui a vida inteira.

Os convidados também apontaram que as MPs ferem o princípio da vedação do

retrocesso social, ou seja, elas restringem direitos sociais, que não deveriam retroceder, e sim avançar.

— Há necessidade de sempre expandir o estado de bem-estar. Não pode o Estado alterar esse direito já conquistado — disse a advogada Thaís Zuba, da OAB-DF, para quem as MPs ferem mais de dez artigos da Constituição.

Segundo o subprocurador-geral do Trabalho Ronaldo Curado Fleury, em relação ao seguro-desemprego e ao seguro-defeso, o governo resolveu combater fraudes na obtenção dos benefícios tomando a via mais fácil de restringir direitos.

Para ele, o caminho correto para enfrentar o problema seria investir na orientação aos trabalhadores, na fiscalização e na punição.

— Há uma necessidade de orientar o trabalhador sobre o que ele está fazendo, quando ele fraudar o seguro-desemprego. Ele, trabalhador, tem ciência de que está cometendo um crime? — questionou.

Os palestrantes argumentaram que os temas das MPs deveriam ser discutidos pela sociedade. Paulo Paim pretende fazer mais duas audiências públicas sobre as medidas. A próxima está marcada para quinta-feira.



Paim (C) coordena primeiro de uma série de três debates sobre novas regras da pensão por morte e do seguro-desemprego



# Remédio mais fácil para doença rara

Projeto de lei destrava importação dos chamados medicamentos órfãos, essenciais para o tratamento de enfermidades pouco comuns

OS CHAMADOS MEDICAMENTOS órfãos, que se destinam ao tratamento de doenças raras e são produzidos no exterior, podem receber tratamento legal para facilitar o registro nos órgãos sanitários no Brasil e também agilizar os processos de importação.

Projeto com essa finalidade (PLS 31/2015), de Alvaro Dias (PSDB-PR), está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

São consideradas raras as doenças cuja incidência não ultrapassa 65 registros por 100 mil habitantes. Em muitos casos, o número de doentes é tão pequeno que acaba afastando o interesse da indústria farmacêutica na fabricação dos remédios indicados. Vem daí a designação de medicamento órfão.

De acordo com a proposta, as pessoas afetadas por essas doenças deverão enfrentar menos obstáculos para fazer as aquisições de modo direto. As empresas importadoras também ficarão livres de parte das exigências burocráticas.

O projeto estabelece uma exceção à regra atual que veda a importação de medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos sem prévia autorização do Ministério da Saúde. Com isso, os fármacos poderiam ser importados diretamente por pessoas físicas, em quantidade adequada para uso individual.

Hoje, a importação pode ser feita de modo direto pelo usuário, desde que o produto



Autor da proposta, Alvaro argumenta que as atuais regras são inadequadas para pacientes que dependem da importação

conste de lista elaborada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária para doenças raras. O PLS 31/2015 estabelece uma lógica inversa: a lista da Anvisa será composta dos medicamentos submetidos a regime especial de controle e que não se destinem à revenda ou comércio. Somente esses não poderão ser livremente importados.

## Rito simplificado

Já o procedimento de autorização para a importação de medicamento órfão por empresa deverá seguir rito simplificado, a ser definido em regulamentação do governo. Pelo texto, será inclusive dispensada a exigência de registro prévio do fármaco no Ministério da Saúde quando o

produto tiver a comercialização aprovada pelo órgão oficial de registro da União Europeia ou dos Estados Unidos.

Para Alvaro, as regras atuais têm se mostrado inadequadas para atender os pacientes que dependem da importação. Ele argumenta que, “para as pessoas que dispõem de informação e recursos, a via judicial é viável, ainda que, na maior parte das vezes, seja morosa”. No entanto, para a grande maioria dos pacientes, observa o senador, o acesso aos meios jurídicos é limitado pelas condições sociais.

Em vista das dificuldades legais e burocráticas, conforme o senador, a maioria dos pacientes e órgãos do Sistema Único de Saúde que necessitam dos medicamentos procuram as

importadoras. Porém, as companhias também encontram dificuldades na relação com a Anvisa e entraves à atuação. Entre esses problemas, está a impossibilidade de a empresa manter estoques.

“Esse conjunto de dificuldades resulta no desabastecimento ou na adoção de descaminhos, tanto por parte de pacientes e serviços de saúde quanto das empresas importadoras, com pesado ônus para quem necessita dos medicamentos, na medida em que se perde a rastreabilidade dos produtos”, afirma o senador na justificativa do projeto. Alvaro alerta para o fato de que, nesses casos, não há como avaliar se os produtos foram armazenados e transportados adequadamente.

## Requião denuncia débitos indevidos em conta bancária

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) comunicou ontem, durante discurso em



Marcos Oliveira/Agência Senado

Plenário, que está encaminhando ao Banco Central pedido de notificação ao Banco Itaú para que essa instituição lhe devolva, pelo dobro do valor, quantia indevidamente debitada em sua conta corrente.

Apesar do valor pouco expressivo, ele explicou que denuncia o caso como forma de ajudar a coibir abusos semelhantes contra outros cidadãos.

— A quantia é ínfima, mas a agressão ao direito do cidadão, que se consubstancia em sacar sem autorização qualquer quantia de sua conta, deve estar sendo repetida aos milhares, dezenas de milhares, centenas de milhares no Brasil — protestou.

## Sandra lamenta morte do ex-senador Braga Jr.

Sandra Braga (PMDB-AM) comunicou a morte do ex-senador João dos Santos Braga



Marcos Oliveira/Agência Senado

Júnior, aos 95 anos, ocorrida no domingo. Ela ressaltou a atuação dele pelo desenvolvimento econômico e social do Amazonas como deputado estadual, de 1962 a 1970, e senador, de 1977 a 1979.

Sandra apresentou condôlências à família do ex-senador, que era tio do marido dela, o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga.

— No Senado, foi intrínseco defensor dos interesses econômicos do Amazonas no tempo da consolidação da Zona Franca de Manaus; mas ele estendeu-se além do estado, pois era grande sua preocupação de estratégia e soberania nacional no âmbito da Amazônia Legal.

## Projeto altera lei que disciplina a vigilância sobre fármacos

As mudanças previstas pelo projeto de Alvaro Dias incidem basicamente sobre a Lei 6.360/1976, que disciplina a atuação da vigilância sanitária sobre medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos. Foi esse texto legal que estabeleceu, inclusive, o conceito oficial para medicamento órfão: “todo medicamento ou imunobiológico destinado especificamente à profilaxia, ao tratamento

ou ao controle de doenças raras ou negligenciadas” que desperta pouco interesse na indústria farmacêutica.

A proposta do senador também acrescenta dispositivo à Lei 9.782/1999, que define o Sistema de Vigilância Sanitária e cria a Anvisa, entre outras medidas. O objetivo da alteração é estabelecer procedimentos ágeis e desburocratizados no registro dos medicamentos órfãos.

Ainda pelo projeto, a disponibilização de medicamentos dessa categoria aos usuários, quando ainda não tiverem registro no país, dependerá de assinatura — seja do paciente ou seu responsável legal — de declaração de conhecimento dos riscos inerentes ao uso.

A dificuldade de acesso aos medicamentos órfãos já foi discutida em audiências no Senado, a mais recente em dezembro de 2014. O debate

mostrou que, apesar da instituição de política específica para as doenças raras pelo governo federal, os pacientes ainda não conseguem ter acesso aos remédios.

Outro projeto em tramitação, do ex-senador Vital do Rêgo, também trata do assunto. O PLS 530/2013 já passou pela CAE e agora aguarda análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão final.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto,  
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Rodrigo Chia  
**Coordenação de Edição:** Silvío Burle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:** Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Legislação sobre acesso ao patrimônio genético do país e ao conhecimento de comunidades tradicionais também será analisada pela Comissão de Agricultura, além de outros quatro colegiados



Sidney Oliveira/Agência Pará

Projeto regula divisão de benefícios gerados pela exploração de recursos naturais e do conhecimento tradicional de indígenas

## Marco da Biodiversidade vai passar por cinco comissões

FOI APROVADO ONTEM em Plenário requerimento de Acir Gurgacz (PDT-RO) para que o projeto que estabelece o Marco Legal da Biodiversidade também seja analisado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A proposta (PLC 2/2015) já tramitaria em quatro comissões permanentes: Constituição e Justiça (CCJ), Assuntos Econômicos (CAE), Ciência e Tecnologia (CCT) e Meio Ambiente (CMA).

Apresentado pelo Executivo, o projeto facilita a pesquisa com plantas e animais nativos e a repartição de benefícios gerados pelo uso comercial desse patrimônio genético e

do conhecimento sobre ele desenvolvido por indígenas e comunidades tradicionais.

O texto original foi modificado na Câmara e tramita no Senado em regime de urgência, devendo ser votado até 10 de abril, quando passará a trancar a pauta do Plenário.

Na sessão deliberativa também foi aprovado requerimento de Ana Amélia (PP-RS) para realização de sessão especial do Plenário, em 18 de maio, para celebrar o Dia Nacional da Defensoria Pública.

### Sessões às quintas

Durante a sessão extraordinária na manhã de ontem, o presidente do Senado, Renan

Calheiros, informou que vem conversando com os integrantes da Mesa e com os líderes partidários para estabelecer a realização de sessão deliberativa às quintas-feiras a partir das 11h.

— Em seguida, levaremos a ordem do dia, como sempre, combinada com as lideranças partidárias, de modo a garantir a produtividade — afirmou.

José Agripino (DEM-RN) se manifestou favoravelmente à proposta, sugerindo que a pauta a ser analisada pelos parlamentares seja composta por projetos consensuais.

— Para garantir uma tramitação rápida e fácil — opinou o senador.

### Jorge Viana comemora redução no nível das águas do Rio Acre

Jorge Viana (PT-AC) comemorou em Plenário ontem a redução de 7 centímetros no nível do Rio Acre.

O senador disse que o nível mais alto do rio, “inimagináveis” 18,4 metros, foi alcançado às 21h de quarta-feira.

— Em 132 anos, nunca houve nada parecido no Acre.

Ele informou que 40% de Rio Branco estava sem energia elétrica, tomado pela enchente, com o abastecimento de água comprometido e sem transporte, rede de saúde e escolas. Há milhares de desabrigados.

Na quarta-feira, Viana já havia relatado a situação em Plenário, dizendo que teve garantia de apoio do governo federal para a reconstrução.

— Não podemos calcular o prejuízo que Acre e Rio Branco vão enfrentar. Nós vamos viver uma situação de absoluta impossibilidade de ter alguma normalidade nos próximos dois anos — afirmou.

### Vanessa tranquiliza famílias ameaçadas de despejo no Amazonas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) tranquilizou ontem as cerca de 700 famílias ameaçadas de despejo de uma área da União no município de Barcelos, Amazonas. Apesar de já haver decisão judicial nesse sentido, a senadora entrou em contato com o Comando da Aeronáutica — antiga responsável pelo terreno, hoje na alçada na Secretaria de Aviação Civil —, que confirmou a disposição de intermediar uma saída negociada para o problema.

— Neste final de semana, vou ao Amazonas procurar o juiz que deu esse despacho e argumentar que, se os dois lados não querem mais conflito, a Justiça deverá agir da mesma forma.

Vanessa advertiu que o município de Parintins pode enfrentar drama similar. O foco de uma eventual disputa seria um terreno da União doado à Aeronáutica em 1982. A desocupação da área está em andamento na Justiça.

### Telmário apela ao governo federal por ajuda a Roraima

Telmário Mota (PDT-RR) subiu à tribuna ontem para apelar ao governo federal por ajuda a Roraima, que enfrenta três problemas graves, segundo ele: a falta de chuva, o aumento da criminalidade e dificuldades no controle da febre aftosa no rebanho do estado.

Conforme o senador, o governo de Roraima decretou estado de emergência em diversos municípios e a população já enfrenta falta de água para abastecimento e para criação de gado e de peixes.

— O governo de Roraima precisa de socorro para esses municípios em estado de emergência — apelou.

Telmário também pediu que o Ministério da Justiça ajude no fortalecimento das estruturas de segurança do estado, para conter o avanço da criminalidade. Pediu ainda o apoio da ministra da Agricultura, Kátia Abreu, no reforço às ações para livrar o rebanho da febre aftosa.



Marcos Oliveira/Agência Senado

### Paim quer mudanças nas MPs sobre pensão e seguro-desemprego

“As medidas, como estão, não passam”, afirmou Paulo Paim (PT-RS), na quarta-feira. Ele se referia às Medidas Provisórias 664 e 665, ambas de 2014, que endurecem as regras do seguro-desemprego, do abono salarial e das pensões por morte. Para o senador, essas medidas prejudicam os mais pobres.

— Neste país, um governador se aposenta com salário integral com quatro aninhos de mandato. Eu não acho isso adequado — comparou Paim.

A MP 664 fixou novas regras para a concessão de pensão por morte, entre elas prazo de carência de 24 meses de contribuição para a concessão do benefício. Já a MP 665 aumentou de 6 meses para 18 meses o tempo de vinculação ao emprego que dá direito ao trabalhador de solicitar o benefício.

O senador disse que as mudanças serão discutidas quinta-feira na Comissão de Direitos Humanos (CDH), da qual é presidente.

### Wellington registra centenário do Serviço de Inspeção Federal

Wellington Fagundes (PR-MT) registrou em Plenário o centenário de criação do Serviço de Inspeção Federal (SIF) e cobrou mais recursos para o órgão, encarregado de fiscalizar a produção de alimentos de origem animal do país. O senador disse que o SIF colaborou para o desenvolvimento da pecuária, para a modernização dos parques industriais, para a interiorização dos frigoríficos e para transformar o interior do país em um oásis de produção. A inspeção é eficaz e vem se ampliando, mas está aquém do que pode oferecer, avaliou.

— Ainda temos uma escassez de recursos para essa área, que é tão importante para a saúde dos consumidores. Wellington também saudou a sanção da Lei dos Caminhoneiros. Ele disse que a lei precisa ser cumprida, sobretudo quanto à fiscalização do uso de substâncias ilícitas pelos motoristas.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

## Senado promove audiência com caminhoneiros na segunda-feira

Na presidência da sessão plenária ontem, o senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará na segunda-feira audiência pública para discutir o movimento promovido pelos caminhoneiros. Paim foi eleito nesta semana presidente da CDH.

Os caminhoneiros reivindicam, entre outras coisas, a redução do preço do óleo diesel e dos pedágios para caminhões. O debate, disse Paim, contará com a participação de lideranças e integrantes do movimento.

O senador também leu em Plenário os nomes de deputadas e senadoras que integrarão a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, proposta pela CPI Mista da

Violência contra a Mulher, que investigou até 2012 as agressões diretamente relacionadas ao gênero feminino.

A comissão deve apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Também deve apontar falhas nos serviços da seguridade social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência.

### PARTICIPE SEGUNDA ÀS 9h

- ▶ **Portal e-Cidadania:** [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/caminhoneirosBrasil>
- ▶ **Facebook:** eCidadaniaSF
- ▶ **Twitter:** @e\_cidadania
- ▶ **TV:** [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>



Marelo Camargo/ABR

Caminhoneiros de vários estados fizeram protesto em Brasília nesta semana



Vai à sanção projeto que permite que tanto o pai quanto a mãe registrem o recém-nascido. Hoje mulher só ganha o direito se houver omissão ou impedimento do genitor

# Mãe e pai terão direito igual de registrar filho

O SENADO APROVOU ontem projeto que autoriza a mãe a se dirigir aos cartórios para providenciar o registro de nascimento do filho. A proposta, que legalmente equipara mães e pais quanto à obrigação de registrar o recém-nascido, segue agora para a sanção presidencial.

O texto, da Câmara dos Deputados (PLC 16/2013), altera a Lei dos Registros Públicos — Lei 6.015/1973. Atualmente cabe ao pai a iniciativa de registrar o filho em até 15 dias. A mãe poderá fazer o registro se houver omissão ou impedimento do pai. Ela terá, então, 45 dias para providenciar o registro.

A proposta atribui ao pai ou à mãe, sozinhos ou juntos, o dever de fazer o registro no prazo de 15 dias. Se um dos dois não cumprir a exigência dentro do período, o outro terá um mês e meio para fazer a declaração.

O projeto foi aprovado pela

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado no ano passado. O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), porém, apresentou um recurso para que o texto fosse analisado pelo Plenário.

## Paternidade

A emenda de Aloysio mudou o texto para deixar claro que a mãe ou o pai poderão fazer o registro, mas que a comprovação de paternidade deve seguir a legislação vigente.

Pela Lei de Registro (artigo 54), a Declaração de Nascidos Vivos (DNV) não constitui prova ou presunção de paternidade. Portanto, o documento, emitido por profissional de saúde que acompanha o parto, não será elemento suficiente para a mãe indicar o nome do pai para a inclusão no registro.

Isso porque a paternidade continua submetida às mesmas regras vigentes, dependendo de presunção



Mãe mostra, ainda na maternidade, certidão de nascimento do filho: comprovação de paternidade segue legislação em vigor

que decorre de três hipóteses: vigência de casamento (artigo 1.597 do Código Civil), reconhecimento feito pelo próprio pai (dispositivo do artigo 1.609 do Código Civil), ou procedimento de averiguação de paternidade aberto pela

mãe (artigo 2º da Lei 8.560, de 1992).

Como a emenda apenas inclui no texto referência a dispositivo que já vigora, a alteração é entendida como redacional. Assim, o projeto pode seguir logo para a sanção,

sem precisar voltar à Câmara.

A DNV é regulamentada pela Lei 12.662/2012. Deve constar do documento, além do nome da criança e dos pais, o dia, o mês, o ano, a hora e o município de nascimento, entre outros dados.

## Vanessa pede que reforma política envolva mulheres

A Procuradoria Especial da Mulher promoveu debate ontem com o tema “Reforma política inclusiva”. Para a procuradora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), neste momento em que o Congresso inicia a discussão da reforma, é necessário que a questão de gênero conste da pauta.

— Num país em que as mulheres são metade da população, mais da metade do eleitorado e 40% da mão de obra, não pode ser encarado como natural ou normal que elas sejam apenas 10% do Parlamento — disse Vanessa.

Para a senadora, a lei que reserva 30% das vagas nas eleições proporcionais para candidatas mulheres não se efetivou e agora seria o momento de “dar um salto na legislação”.

A secretária-adjunta de Articulação Temática da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Angela Fontes, disse que o principal gargalo ocorre na questão do financiamento eleitoral. Por isso, a seu ver, seria interessante que o Congresso discutisse, entre outras alternativas, a proposta que amplia o alcance da cota, de modo que 30% do Fundo Partidário seja utilizado no financiamento de candidatas.

A secretária-geral do Conselho Seccional da OAB-DF, Daniela Teixeira, defendeu que o Congresso aprove cotas para mulheres também nos postos de cúpula do Judiciário. Para a advogada, o Poder sofre

de um “machismo trágico”. Por isso, ela defende que o Senado determine que, nas listas tríplices de indicações, conste sempre ao menos um nome feminino.

— Assim a gente vai conseguir levar as desembargadoras aos tribunais superiores. Vai conseguir nos estados levar as juízas aos tribunais de Justiça.

## Maioria no Judiciário

Daniela Teixeira lembrou que as mulheres são a maioria na base do Poder Judiciário, o que, segundo ela, pode ser constatado nos postos em que se chega por concurso público.

— Somos a maioria tanto no Judiciário como nas carreiras da Procuradoria e como na advocacia. Nada mais justo que sejamos, pelo menos, quase a metade nos cargos de comando — argumentou.

A consultora legislativa do Senado Maria da Conceição

Lima Alves lembrou que na América Latina apenas o Haiti tem menos mulheres eleitas do que o Brasil. Ela apresentou dados de uma pesquisa do DataSenado que desmente o argumento de que “as mulheres não gostam de política”.

— O principal motivo que as mulheres alegam para não se candidatarem é que elas sabem que não terão apoio dentro dos partidos: 41% disseram isso, o que nos surpreendeu.

Conceição Alves alega que os pesquisadores esperavam mais respostas ligadas às jornadas duplas ou até triplos de trabalho e atividades domésticas, o que não se concretizou.

A pesquisa também demonstrou que cerca de 60% das mulheres consultadas cogitariam entrar para a política se percebessem igualdade de condições.



Conceição Alves, Daniela Teixeira, Vanessa Grazziotin e Angela Fontes no debate

## Plenário aprova entrega do Diploma Bertha Lutz também para homens

O Plenário aprovou ontem a concessão do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz a homens com atuação relevante em prol da causa feminina. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com cinco emendas aprovadas pela Comissão de Educação (CE), foi apresentado antes da votação pela relatora, Marta Suplicy (PT-SP). O texto (PRS 40/2014) segue agora à promulgação pela Comissão Diretora.

De Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o projeto altera a Resolução 2/2001, permitindo a indicação de um homem entre as cinco pessoas agraciadas anualmente. Para

Vanessa, é preciso reconhecer que as mulheres não estiveram sozinhas na jornada em favor da igualdade plena entre homens e mulheres:

— É necessária a construção de um novo paradigma para as relações de gênero, ancorado na superação da oposição entre o masculino e o feminino e na consolidação de um modelo fundado em valores como harmonia, parceria e solidariedade. Convém ainda deixar claro que o respeito mútuo é um objetivo comum e apoiar as causas femininas é mérito também dos homens.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) acredita que a mudança vem modernizar a luta da mulher.

## Texto que proíbe revista íntima de servidoras públicas volta à Câmara

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 2/2011, que proíbe a revista íntima a funcionárias de órgãos públicos e entidades da administração direta e indireta nos locais de trabalho, foi aprovado ontem pelo Plenário. Como a proposta foi alterada por duas emendas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), será enviada à Câmara para reexame.

Nas mudanças feitas no Senado, foi fixada multa equivalente a 30 salários mínimos (R\$ 23,6 mil hoje) ao empregador que descumprir a determinação — o valor fixo previsto no projeto (R\$ 20 mil) estava sujeito a defasagem.

Em caso de reincidência, a multa será cobrada em dobro. A arrecadação deverá ser destinada a órgãos de proteção dos direitos da mulher.

A outra emenda eliminou dispositivo do PLC determinando que a revista de mulheres em presídios e no curso de investigação criminal fosse realizada apenas por funcionárias do sexo feminino. Em relação ao tema, já tramita na Câmara o Projeto de Lei do Senado (PLS) 480/2013, que restringe a revista manual de visitantes em presídios, dando preferência à realização com uso de equipamentos eletrônicos.